

Cidades Médias: Discutindo o Tema

Cláudia Heloiza Conte¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é de construir uma discussão sobre a temática de cidades médias, abordar as formas com que estas cidades são tratadas e estudadas na atualidade. Com base em diversas abordagens sobre o tema, realiza-se uma discussão das mudanças que ocorreram nas concepções teóricas e metodológicas para os estudos. Discute-se as políticas urbanas nacionais realizadas durante as décadas de 1970 e 1980, assim como seus resultados e suas avaliações. A discussão teórica permite compreender que as características que definiam cidades médias há décadas atrás, atualmente não satisfazem a atual estrutura socioeconômica, visto que sob a ótica capitalista as cidades médias apresentam-se como espaços oportunos para alocação destes investimentos, mediante seu papel no que diz respeito à oferta de bens e serviços aos habitantes de sua área de influência.

Palavras-Chave: Cidades médias; Políticas Urbanas.

Medium-Sized Cities: Discussing the Theme

Abstract: The objective of this work is to build a discussion on the topic of cities that address the ways in which these cities are treated and studied today. Based on several approaches to the topic, conducts a discussion of the changes that occurred in the main theoretical and methodological studies. It discusses national urban policies undertaken during the 1970s and 1980s, as well as their results and their evaluation. The theoretical discussion that allows us to understand the characteristics that defined medium cities decades ago, currently do not meet the current socioeconomic structure, seen from the perspective that the capitalist sized cities appear as spaces for timely allocation of these investments through its role in terms respect to the supply of goods and services to the inhabitants of its area of influence.

Key Words: Medium-sized cities; National urban policies.

1 Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual de Londrina. Contato: claudiaheloiza@yahoo.com.br

Introdução

Quando se discute urbanização brasileira, deve-se considerar que de modo geral, é a partir do final do século XIX que ocorre maior intensificação deste processo, mas “foi necessário ainda mais um século para adquirir as características com as quais conhecemos hoje”. (SANTOS, 2005, p. 22).

Santos (2005) aponta que pouco se alterou na urbanização brasileira até o final do século XIX, e cresceu menos de quatro pontos nos trinta anos entre 1890 e 1920 (passando de 6,8% a 10,7%). Por outro lado, foram necessários apenas vinte anos entre 1920 e 1940 para que essa taxa triplicasse, passando a 31,24%. Neste sentido, percebe-se ainda que entre os anos de 1940 e 1980 ocorre uma profunda inversão no que diz respeito ao lugar de residência da população brasileira, ou seja, em 1940 a taxa de urbanização era de 26,35% e na década de 1980 saltou para 68,86%.

No contexto do crescimento da urbanização brasileira, Carlos (1992, p. 60) vincula a existência da cidade a seis elementos: “divisão do trabalho, divisão da sociedade em classes, acumulação tecnológica, produção do excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica, sistema de comunicação e a certa concentração espacial das atividades não-agrícolas”. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que a cidade assume formas, características e funções em cada uma das distintas etapas do processo histórico. Desta forma, “a cidade seria, em cada época, o produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho, bem como do poder nela centralizado.” (CARLOS, 1992, p.57).

A partir da década de 1970 a rede urbana brasileira passou por intensas transformações, que de acordo com Corrêa (2006) podem ser caracterizadas pela desconcentração, ampliação e diversificação das atividades industriais, com o aparecimento de centros industriais especializados e diversificados; a modernização, industrialização e capitalização do campo, com destaque para a constituição de grandes complexos agroindustriais, entre outros.

Deve-se enfatizar a ampliação de uma base técnica, associada principalmente as comunicações e aos transportes, que possibilitou a diversificação das interações espaciais. Nesta perspectiva é primordial o reconhecimento dos novos papéis assumidos e desempenhados pelas cidades, cabendo identificar também as novas funções urbanas e as novas interações espaciais que delas derivam. Complementando esta ideia, Santos (2005, p.77) afirma que:

A partir dos anos 1970, o processo de urbanização alcança novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva a revolução demográfica dos anos 1950, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número - e da população respectiva - dos núcleos com mais de 20 mil habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio, para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno de meio milhão de habitantes).

A partir destas considerações, o presente trabalho enfatizará a sua discussão em torno de um dos pontos característicos deste processo de urbanização ocorrido no Brasil, e que tem recebido destaque desde então, ou seja, a temática de cidades médias.

Diante desta breve introdução, aponta-se como objetivo deste estudo a compreensão acerca da temática de cidades médias, a verificação das políticas urbanas nacionais realizadas no Brasil, assim como as transformações ocorridas nas mesmas.

Cidades Médias: um breve histórico

Foi na década de 1950 e principalmente no decorrer da década de 1960, aliado a emergência das preocupações com o desenvolvimento regional e com a tentativa de corrigir os desequilíbrios regionais que as cidades médias surgiram como uma “solução” para os planejadores franceses. Porém, neste período a cidade média ainda não possuía um conceito o qual a definisse. O conceito de fato, surgiu na França, associado às políticas de desconcentração de população e atividades, implantadas pelo VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971-1975). Costa (2002, p.104) explicita que entre os principais objetivos do VI Plano, constam “a distribuição mais adequada do emprego, a continuação do desenvolvimento da região oeste e o reforço das regiões de fronteira”.

Em 1952, Pierre George chamava atenção sobre a geografia das cidades médias e sobre a existência na França de uma rede bastante densa de pequenas e médias cidades, considerando como parte destes níveis hierárquicos, aquelas que suas populações possuíssem entre 10.000 e 100.000 habitantes (AMORIM FILHO, 2007). Já em meados da década de 1960, Michel Rochefort e Jean Hautreux, com o intuito de destacar a distribuição das cidades médias, além de suas relações externas, publicaram um estudo sobre a hierarquia urbana na França (*Physionomie generale de l'armature urbaine française*, 1965) (AMORIM FILHO, 2007).

No âmbito nacional, verifica-se que a partir da década de 1950, com a intensificação do crescimento demográfico das metrópoles nacionais, as quais estavam

absorvendo uma considerável parte do contingente populacional advindo da zona rural de distintas regiões do país, foi imposta uma nova função para as cidades médias, ou seja, adquiriram a função de absorver parte dos fluxos migratórios com destino às metrópoles.

Em meados da década de 1960, no estado de Minas Gerais, o geógrafo francês Yves Leloupo, membro do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, realizou um estudo sobre a rede urbana e as cidades mineiras de porte médio, o que resultou em uma tese de doutorado, com o título “*Lés Villes du Minas Gerais*” publicada em 1970 (LELOUPO, 1970).

Além disso, Amorim Filho em 1973, pesquisou os aspectos ligados as funções de intermediação dentro das redes urbanas, e demonstrou que atrelado a este fator, a posição geográfica da aglomeração é tão ou mais importante do que o tamanho demográfico na caracterização das cidades médias. Sua pesquisa resultou também em uma tese de doutorado, esta com o título de “*Contribution a l’etude des Villes moyennes au Minas Gerais – Formiga et Iê Sud-Ouest du Minas Gerais*”.

O trabalho de Amorim Filho (2007) marca o início dos estudos acerca da temática cidades médias no Brasil, e possivelmente na América do Sul. Na década de 1970, como consequência do projeto nacional desenvolvimentista baseado no desenvolvimento urbano-industrial, mesmo privilegiando as grandes cidades², verifica-se a primeira tentativa de definir cidades médias, tendo em vista a visibilidade que esta se deparou nos planos e políticas de desenvolvimento nacional.

Nas décadas de 1970/1980, o governo brasileiro deu ênfase para a política urbana nacional. Neste sentido, Steinberger e Bruna (2001) salientam que os programas de maior destaque e/ou notoriedade foram: o item “Política de Desenvolvimento Urbano” do capítulo Desenvolvimento Urbano: Controle de Poluição e Preservação do Meio Ambiente do II PND e o Programa de Cidades de Porte Médio.

O item “Política de Desenvolvimento Urbano”, do II PND é considerado como marco temporal da primeira política urbana nacional do Brasil, e teve como objetivo colocar em prática a sua intervenção a favor da desconcentração das grandes aglomerações e das possibilidades de desenvolvimento das cidades médias. O plano tinha como metas a manutenção do crescimento industrial e econômico, o investimento no setor de transporte (hidrovias e ferrovias) e comunicação e a modernização das

² “A estrutura urbana nacional da década de 70 era formada por alguns centros primazes, representados por duas metrópoles de alcance nacional (SP e RJ), poucas metrópoles de alcance regionais, um limitado número de centros intermediários e uma vasta rede de pequenas cidades”. (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p. 10).

regiões não industrializadas através da descentralização espacial dos projetos de investimentos.

O objetivo definido foi o de promover uma melhor estruturação do sistema urbano, com a intensificação da eficácia das funções exercidas pelas cidades e o acréscimo dos padrões de urbanização e qualidade de vida. Para tanto, seria necessário a implantação de regiões metropolitanas; a identificação das funções a serem cumpridas pelas metrópoles nacionais e regionais e a definição de pólos secundários.

Contrariamente à política urbana do II PND, a política urbana do último governo da ditadura militar indicou dois programas estratégicos: o de Regiões Metropolitanas e de Capitais e o de Cidades de Porte Médio. O programa de cidades de Porte Médio vigorou por dez anos, sendo considerado o ano de 1976 como o marco inicial e 1986 a data de encerramento do programa³.

Durante a primeira política urbana do programa, as cidades médias foram conceituadas como aquelas cidades que, considerando a sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função dentro da hierarquia urbana da macrorregião e do país, constituíam-se em centros de grande valor estratégico no que concerne ao desenvolvimento regional, e também para uma rede urbana mais equilibrada no que envolvesse política de organização territorial. Já na segunda política urbana, o conceito de cidades médias foi baseado nas funções de desconcentração e dinamização.

Apesar de tais programas não terem alcançado plenamente seus objetivos, nada mostra até o momento atual que as cidades médias venham a ser objeto de atenção ou preocupação por parte do governo, como ocorreu de fato no período entre 1975 e 1986.

Para Amorim Filho e Serra (2001), a partir da década de 1970, o papel das cidades médias mostrava-se cada vez mais necessário, pois representava uma das alternativas de manutenção do sistema socioeconômico vigente. O ruim funcionamento (medido em termos de custos sociais), resultante da forte concentração da população, de atividades e de capitais, tinha de ser revertido de alguma maneira, considerando que o mercado não foi capaz de alocar os fatores produtivos de forma equilibrada. Neste sentido, as cidades médias representavam “válvulas de desconcentração” na medida que apresentavam condições atrativas ao capital e a população.

3 De acordo com Steinberger e Bruna (2001, p. 53) o programa envolveu 140 cidades, distribuídas pelas cinco macrorregiões, que contavam com uma população total de 13,5 milhões de pessoas residentes nas sedes dos municípios. O programa alcançou desde cidades com população menor que 50 mil habitantes e grau de urbanização em torno de 50% até outras com população em torno de 600 mil habitantes e com grau de urbanização superior a 90%.

Durante a maior parte da década de 1980 as políticas voltadas às cidades médias foram enfraquecidas, assim como o próprio planejamento urbano-regional foi esvaziado, dando lugar a políticas públicas mais pontuais e voltadas principalmente para questões menos estratégicas e mais sociais no âmbito regional. Por outro lado, a década de 1980 é marcada nos países hispanoamericanos pelo interesse no tema das cidades médias. Entre estes países, quatro merecem uma atenção especial: Venezuela, Peru, Argentina e Chile (AMORIM FILHO, 2007).

Para compreender a reestruturação da rede urbana, é primordial entender o processo histórico acerca das cidades médias, além de reconhecer os novos papéis e valores assumidos e desempenhados pelas cidades. Cabe identificar também as novas funções urbanas e as novas interações espaciais que delas derivam, como as relações cidade-região e as relações interurbanas.

Tais alterações determinam as novas formas de inserção das cidades na rede urbana, alterando desta maneira seus aspectos estruturais. Complementando esta ideia, Santos (2005a, p.77) explicita que a partir da década de 1970, o processo de urbanização sobre alterações, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva a revolução demográfica dos anos 1950, ocorreu, primeiramente, uma urbanização aglomerada, com o aumento da população dos núcleos com mais de 20 mil habitantes e, posteriormente, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio, para finalmente atingir o estágio da metropolização, com o aumento do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno de meio milhão de habitantes).

Cidades Médias: compreendendo um conceito

A partir de meados da década de 1990, assim como nos primeiros anos do século XXI “a quantidade de pesquisas publicadas e eventos direcionados para a temática das cidades médias alcança um número e uma intensidade tais que é praticamente impossível para qualquer pesquisador acompanhar tudo que se faz neste domínio” (AMORIM FILHO, 2007, p. 77).

Pesquisadores brasileiros como Amorim Filho (2007), Amorim Filho e Serra (2001), Sposito (2007), Arroyo (2006), Bessa (2005), Corrêa (2007), Steinberger e Bruna (2001), entre outros, tem dedicado seus trabalhos na investigação de cidades médias, com o objetivo de analisar e compreender o fenômeno através de pesquisas empíricas e reflexões teórico-metodológicas.

Uma questão discutida por grande parte dos pesquisadores diz respeito à conceituação de cidades médias. Para Amorim Filho e Serra (2001), não existe uma idéia consensual do que seriam as cidades médias. Essa ausência de consenso, todavia ocorre no meio acadêmico, onde literalmente, não existe uma definição fortalecida de cidade média, uma classificação que possa ser utilizada ao mesmo tempo por sociólogos, economistas, arquitetos, geógrafos, demógrafos, mesmo que inserida em cada especialidade seja possível alcançar algum acordo sobre a matéria.

Um ponto que explica esta dificuldade em conceituar cidades médias encontra-se no fato de a dimensão populacional variar de acordo com a escala de análise. Verificando a escala mundial, os valores são consideravelmente distintos, como por exemplo: a Organização das Nações Unidas (ONU) considera como cidades médias aquelas que possuem entre 100 mil e três milhões de habitantes, o VII Congresso Ibero Americano de Urbanismo considerou médias todas as cidades com 20 a 500 mil habitantes, enquanto a Comissão Européia define como sendo cidades médias aquelas que possuem entre 100 e 250 mil habitantes. Bellet e Llop Torne (2007, p. 3) são enfáticas ao afirmar que:

Una cuestión de cantidad que no sería muy fácil de delimitar, puesto que, en cada contexto, presentaría rangos completamente distintos. Así una ciudad media o intermedia en Europa se correspondería con una ciudad pequeña y/o muy pequeña en el contexto chino o indio, en que hay un importante número de ciudades que superan fácilmente el millón de habitantes.

A heterogeneidade de números mostra-nos a dificuldade em sustentar a definição de cidade média apoiado em critérios relacionados à sua dimensão demográfica, assim como realizar estudos comparativos entre países. Neste sentido, Costa (2002, p.109) contribui ao dizer que:

As dificuldades em definir as cidades médias com base em critérios demográficos e funcionais estão associadas a vários fatores sobre os quais importa refletir. Por um lado depende do grau de urbanização e do sistema de povoamento, por outro, depende do próprio conceito de urbano. Fatores como as diferenças na organização político-administrativa e o nível de desenvolvimento econômico e social de cada país ou região são igualmente importantes, permitindo relevar a necessidade de compreender as diferenças e os contextos regionais em que se inserem as cidades.

A maior parte dos estudiosos afirma ser de extrema importância na análise de cidades médias, o cruzamento de dados de outra natureza, como posição regional e na

rede urbana, estrutura econômica, relações funcionais externas, alcance da influência polarizadora, além de características sócioeconômicas e demográficas da área, entre outros aspectos. Com base nestas críticas, Amorim Filho e Serra (2001, p. 7-8) propuseram uma conceituação mais abrangente e que melhor caracterizasse cidades médias, baseada nos seguintes atributos:

- interações constantes e duradouras tanto em seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- tamanho demográfico e funcional suficientes para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços microrregional a elas ligado;
- capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural [...];
- condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural, microrregional que as envolve;
- diferenciação do espaço intra-urbano com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica [...];
- aparecimento, embora evidentemente em menor escala, de certos problemas semelhantes aos das grandes cidades, como, por exemplo, a pobreza das populações de certos setores urbanos.

Bessa (2005) acrescenta ainda que, ao critério demográfico devem-se somar aspectos como natureza, intensidade e periodicidade das relações espaciais, o papel como centro de gestão do território e o arranjo espacial das hinterlândias que comandam, além da análise da gênese e evolução do contexto socioespacial na qual estão inseridas as cidades.

Corrêa (2007) parece indicar a possibilidade de elaboração de um conceito para cidade média, mas para isso explicita que é primordial abandonar as dificuldades características quando da seleção e análise desse tipo de cidade. Essas dificuldades dizem respeito ao “antigo sonho do planejador” e sua noção idealizadora de cidade média, como também as suposições dos acadêmicos, os quais consideravam como cidades médias aquilo que eles próprios desejavam que fosse como, por exemplo, a cidade média tem as vantagens da cidade pequena sem as desvantagens da cidade grande.

Em alguns países latinos utilizam-se do termo *ciudades intermedias* ao se referirem ao usual cidades médias, estabelecido no Brasil. A diferenciação não se atem apenas no que diz respeito à grafia da palavra. Pulido (2006) comenta que esta denominação surgiu no marco de um projeto conjunto entre GRAL/CREDAL – Projeto PIR, criado na França, com o intuito de diferenciar um tipo particularmente dinâmico de cidades médias.

Todavía, sua utilização se deu de fato em meados da década de 1980, nos meios acadêmicos e com a intenção de substituir a denominação *Ciudad Media*. Assim como no caso brasileiro, a dimensão, a estrutura demográfica e a extensão física foram as variáveis que contribuíram para a definição de *ciudad media*. Estas variáveis, no entanto, por serem consideradas rígidas e estáticas, foram substituídas pela denominação intermédio/intermediário, a qual foram introduzidas três novas dimensões:

- *añaden la idea de que el potencial e importancia de la ciudad no dependen tanto de su talla demográfica como del modo en que esta se articula con el resto de elementos del sistema: la capacidad de crear relaciones y tejer una red, así como las características de las mismas.*
- *dan valor e introducen aspectos más dinámicos y estratégicos que incorporan nuevas posibilidades para la autoafirmación, el reforzamiento de la ciudad-región y la apertura/consolidación a otros niveles: regional, nacional e, incluso, internacional.*
- *suponen la sustitución del sentido estático y notablemente jerarquizado que otorgaban las teorías más clásicas al concepto de sistema urbano por una nueva idea más abierta, dinámica e interactiva (BALLET e LLOP TORNE, 2004, p. 6).*

No contexto das diferenças entre *ciudades medias* e *ciudades intermedias*, Pulido (2006, p. 150) explicita que:

[...] la noción de ciudad media hace alusión a aspectos estaticos: peso, poblacion, en suma a estadísticas, banalizando con ello en alguna medida su objeto. Insistir en la noción de intermedia es por el contrario, señalar a la importancia de elementos dinámicos, la noción de estrategia, de lugar a conquistar, de espacio a construir, de posicionamento a ocupar, de mediaciones a suscitar entre los hombres, los capitales, de sinergias a desarrollar.

A cidade intermédia não se define somente com base na sua posição em relação ao sistema urbano nacional e regional, mas sim através da forma como estabelece relações com as diversas componentes do sistema.

Ora a cidade intermédia estabelece a ligação entre os níveis superiores e inferiores da hierarquia, ora a cidade intermédia é também a que estabelece relações com cidades do mesmo nível hierárquico, as quais desenvolvem funções complementares e/ou similares, seja no espaço nacional ou internacional, interligando-se em rede, numa perspectiva de integração dentro de um espaço mais abrangente.

Em relação ao estudo acerca das cidades médias, Sposito *et al* (2007) apresenta algumas reflexões com objetivo de oferecer um caminho para o desenvolvimento de

pesquisas que, por um lado ofereça elementos para compreender os papéis exercidos pelas cidades médias e, de outro, possibilite que elas sejam comparadas entre si, de modo a constatar como se altera a posição de cada cidade na divisão territorial do trabalho. Nesta perspectiva, os autores explicitam que:

[...] uma metodologia voltada à compreensão da redefinição dos papéis das cidades médias teria que considerar tanto a contigüidade como a conectividade e, além disso, as relações que se estabelecem entre as duas naturezas de fluxos – matérias e imateriais, de transportes e de telecomunicações – uma vez que eles não estão justapostos, nem sobrepostos, mas articuladas entre si (SPOSITO *et al*, 2007, p. 38).

Ainda em relação à proposta metodológica, porém de forma mais sistemática, os autores sugerem que sejam considerados quatro pontos principais:

Avaliar a natureza das mudanças (qualidade dos fenômenos, eventos, dinâmicas e processos) que alteram os papéis das cidades médias e a posição delas na divisão econômica e territorial do trabalho, na escala nacional e/ou internacional;

Verificar a dimensão dessas mudanças em relação às permanências (quantidade e proporção relativa dos fenômenos, eventos, dinâmicas e processos), mensurando a força dos novos vetores que alteram a produção do espaço e o uso do território;

Estudar a ocorrência geográfica das transformações (particularidades e singularidades territoriais), valorizando-se a realização de estudos comparativos que ofereçam elementos para observar se está ocorrendo minimização ou reforço de disparidades regionais, a partir das novas lógicas territoriais que se estabelecem e redefinem a divisão regional do trabalho no país;

Verificar quando ocorrem, em cada cidade e região, tais mudanças (períodos, sincronias e diacronias), de modo a notar as relações entre temporalidades e espacialidades dos fenômenos, eventos, dinâmicas e processos e, igualmente, obter elementos para comparações mais qualificadas (SPOSITO *et al*, 2007, p. 40-41).

Diante da diferenciação apresentada acerca das *ciudades intermédias* (denominação utilizada em alguns países latinos) e cidades médias, percebe-se que em âmbito nacional esta temática tem sido objeto de diversas discussões e buscas em relação à melhor metodologia a ser empregada nas pesquisas. A conceituação de *ciudades intermédias* passou por alterações mais rápidas em detrimento aos estudos brasileiros, todavia, destaque deve ser dado às pesquisas e as grandes contribuições que foram publicadas nos últimos anos em relação às cidades médias no Brasil. Diante destas constatações, este trabalho aponta para a utilização do termo cidade média, se dedicando

na próxima parte ao levantamento das alterações ocorridas nas cidades médias brasileiras.

Transformações nas cidades médias

Na concepção de Santos (2005), o que definia cidade média há décadas já não satisfaz a atual estrutura socioeconômica, onde uma cidade média suporta a uma determinada qualidade de atividades e serviços, os quais são essenciais para atender a uma população superior a 100 mil habitantes. O autor defende a idéia de que o limite inferior para cidades médias seja 100 mil habitantes, porém justificando-o em termos do nível de complexidade da divisão do trabalho e/ou pela diversificação de bens e serviços ofertados localmente.

Santos (2005) já chamava atenção em seus estudos sobre as altas taxas de crescimento das cidades médias com população superior a 100 mil habitantes. De acordo com o autor, no ano de 1940 existiam 18 agrupamentos com população superior a 100 mil, no ano de 1980 elas eram 142 aglomerações, sendo que em 2010 os agrupamentos com mais de 100 mil habitantes eram 245.

QUADRO 01 - Cidades brasileiras com população entre 100 e 500 mil hab. – 1940/2010

ANO	NÚMERO DE CIDADES
1940	08
1970	25
1980	49
1991	113
1996	161
2000	193
2010	245

Fonte: IBGE 1940, 1970, 1980, 1996, 2000 e 2010.

Vistos em conjunto, os agrupamentos com número superior a 100 mil habitantes, escassas em 1940 (eram apenas 18 em todo o país), vêem o seu aumento nos recenseamentos seguintes, chegando a 183 no ano de 1991. Após a década de 1970, tudo indica ser este (100.000) o número de habitantes necessário para a identificação de cidades médias em grande parte do Brasil.

De acordo com Santos (2005), a urbanização no Brasil é caracterizada por quatro momentos; a saber: o período colonial, o final do século XIX e a primeira metade do

século XX, o período compreendido entre as décadas de 1940 e 1970 e o pós década de 1970.

Todavia, foi no final do século XIX que a urbanização brasileira sofreu o primeiro período de aceleração: em 1872 os urbanos constituíam 5,9% da população (900.000 da população total do país), enquanto que em 1900 eles correspondiam a 9,4% (1.200.000 da população total do país). Considerando o total da população brasileira, ocorreu uma elevação de 9,9 milhões para 14.3 milhões, portanto, verifica-se um aumento de mais de 40% em um período de 15 anos (SANTOS, 2005).

Santos (2005) aponta ainda que foram necessários apenas vinte anos entre 1920 e 1940 para que essa taxa triplicasse. Neste sentido, percebe-se que entre os anos de 1940 e 1980, ocorre uma profunda inversão no que diz respeito ao lugar de residência da população brasileira, ou seja, em 1940 a taxa de urbanização era de 26,35% e na década de 1980 saltou para 68,86%.

Com base nestes apontamentos, pode-se compreender as alterações pelas quais a urbanização brasileira passou, principalmente após a segunda metade do século XX. A principal razão para esta situação encontra-se na lógica da industrialização e seu desenvolvimento, denotando conseqüente crescimento da urbanização via desenvolvimento da indústria.

Na perspectiva de crescimento da urbanização brasileira, de acordo com o censo de 2000 do IBGE, as cidades médias foram as que mais cresceram nos últimos anos. Da população total no país, aproximadamente 80% vive em cidades, sendo que deste grupo, 40% reside em pequenas e médias cidades. Esses dados anunciam o acréscimo da população interiorana, ou em outras palavras, percebe-se um processo de desconcentração populacional nas grandes cidades e nas metrópoles.

No processo da urbanização brasileira – primeira metade do século XX, a população migrante tinha como destino principal as grandes cidades, que naquele período, eram de fato as que ofereciam maiores oportunidades de trabalho, assim como melhores condições de vida. Foi neste contexto que São Paulo, Rio de Janeiro, dentre outras metrópoles, aumentaram de maneira bastante acelerada o seu contingente populacional. No entanto, ao assumir elevado número de habitantes, as grandes cidades não conseguiam ofertar condições dignas de vida a toda sua população. Inclusive, tais cidades têm apresentado, com maior intensidade, altos índices de desigualdade social, índices de violência, entre outras mazelas.

Neste contexto, o acréscimo populacional das cidades médias, assim como a maior participação que elas têm exercido na economia nacional, confirma a sua importância na atualidade. Estas cidades apresentam-se enquanto *locus* de atração de considerável número de migrantes provenientes do campo e de pequenas cidades, atraem também a população que resolve sair dos grandes centros com intuito de encontrar melhores condições de vida, ou até mesmo retornar a sua cidade de origem.

Como consequência deste processo, as cidades médias gradativamente tornam-se dinâmicas e complexas, inovando-se periodicamente. Estas cidades oferecem comércio e serviços, além de possuírem moderno aparato industrial e forte produção agrícola. Ademais, as cidades médias têm conseguido disponibilizar relativa qualidade de vida aos seus moradores, se comparadas com as metrópoles (BESSA, 2005).

As cidades médias passaram então a serem valorizadas como fator de equilíbrio para as redes urbanas de diversos países, principalmente aqueles onde a diferença e/ou distância entre as cidades grandes e pequenas é mais acentuada, como no caso do Brasil. Neste mesmo sentido, outro aspecto bastante relevante diz respeito às funções de relação de intermediação exercidas por elas, entre, de um lado, as pequenas cidades e de outro, as grandes cidades e o meio rural regionais. Bessa (2005, p. 275) complementa:

Desta forma, as cidades médias tornam-se nós de interseção e superposição entre horizontalidades e verticalidades, portanto são capazes de manter com regularidade, relações em nível local, regional, nacional e, até mesmo, internacional, o que demonstra a ampliação de seus espaços de relação econômica e uma conseqüente diversificação dos fluxos [...].

Verifica-se que tanto a centralidade quanto a intermediação entre escala local e global, passam por alterações em diferentes intensidades no contexto do processo atual de reestruturação econômica do capitalismo em escala mundial, que atribui também novos papéis para as cidades médias no processo de reprodução e acumulação do capital. Bessa (2005, p.274-275) afirma que as cidades médias passam a abrigar variadas formas de capitais, inclusive com a entrada de capital internacional, sugerindo maior articulação com os circuitos do capitalismo mundial à medida que representam novas áreas de atração de investimentos internacionais, e a demandar serviços especializados que incorporam os últimos avanços tecnológicos, a exemplo de consultoria, propaganda, financeiros, entre outros.

Entre os papéis atribuídos às cidades médias, o papel articulador e de intermediação tem sido encarado como essencial para a implantação, para o

desenvolvimento e para a expansão de eixos e corredores de transportes e comunicações, de redes de diferentes tipos, que possuam uma base espacial, assim como de redes muito espaciais como as das tecnopolis (AMORIM FILHO e SERRA, 2001).

Desta forma, cabe ressaltar que os papéis regionais sempre estiveram associados às cidades médias, muitas vezes denominadas de cidades regionais. Assim, cada cidade média associava-se a região ou área que comandava, fato este que “estabelecia relações diretas com uma quantidade de cidades pequenas e o desempenho de funções de intermediação destas com a cidade maior de que eram todas tributárias, tanto a cidade média como as pequenas” (SPOSITO, 2007, p. 234).

A partir desta dinâmica, o estudo das cidades médias aponta para a necessidade de trabalhar-se com a análise das relações entre o espaço intra-urbano e o espaço interurbano. Além disto, é de fundamental importância relacionar duas escalas geográficas, assim como duas tradições de pesquisa urbana precisam estabelecer diálogo constante, “aquela dos estudos da rede urbana com a dos estudos intra-urbanos” (SPOSITO, 2007, p. 235).

Amorim Filho e Serra (2001) alertam que a posição que as cidades médias ocupam no interior de um país não é fechada ou está pronta e acabada. Isto porque uma cidade média não é média, ela está média em uma determinada situação, em um contexto específico, sendo que esta posição pode permanecer por muito tempo, como pode também a cidade média elevar-se a categoria de cidade grande.

No entanto, para que estas situações ocorram, deve-se considerar como condição fundamental, a situação socioeconômica de tais cidades, ou seja, deve-se levar em conta a economia da cidade, a sua rede de consumo, a infraestrutura, as potencialidades locais, entre outros aspectos. Desta maneira, nota-se que os estudos acerca das cidades médias pouco têm trabalhado a relação das cidades com a rede urbana. Verifica-se nos estudos sobre pequenas cidades uma forte ligação entre a localidade analisada e a sua rede, o que não tem ocorrido na mesma intensidade no âmbito das cidades médias.

Dentre os quesitos acima mencionados, destaque dever ser dado à localização espacial da cidade média, visto que, se ela encontra-se isolada em uma determinada região, a cidade pode ter dificuldades de autonomia e de manutenção de posição enquanto cidade média. Além disso, essa cidade pode estar sob a influência direta ou indireta de uma metrópole nacional, de uma capital estadual ou se posicionar nas proximidades de uma cidade importante, fato que provavelmente oferecerá maiores

possibilidades de desenvolvimento e crescimento. Todos esses pontos em conjunto tornam cada cidade média singular.

Nesta perspectiva, cabe mencionar que o processo de ampliação das atividades urbanas, sejam elas criadas internamente ou induzidas de fora, cria nas cidades médias uma particular funcionalidade. Este processo pode estar associado às novas demandas do campo, a implantação de atividades industriais como reflexo da reestruturação e desconcentração industrial, assim como a criação de formas alternativas de atividades advindas das elites locais, na maioria das vezes ligadas ao segmento terciário, e com menor frequência ao segmento industrial.

Nogueira e Garcia (2007, p. 63) explicitam que as cidades médias estão se tornando, dado o ritmo de seu crescimento, o lugar de concentração da técnica e do trabalho intelectual, atividades necessárias para o desenvolvimento da economia de sua região, de sua hinterlândia. Santos e Silveira (2008) complementam este apontamento ao afirmar que as cidades médias são vislumbradas como pólos de ensino e desenvolvimento, pois estas cidades estão se tornando, crescentemente, o *locus* do trabalho intelectual como suporte para as atividades industriais, agrícolas e econômicas.

Em comparação feita entre médias e grandes cidades, Santos e Silveira e (2001, p. 283) explicitam que as cidades médias “comandam o essencial dos aspectos técnicos da produção regional, deixando o essencial dos aspectos políticos para aglomerações maiores, no país ou no estrangeiro, em virtude do papel destas metrópoles na condição direta ou indireta do chamado mercado global.”

Nesta linha de raciocínio, Bessa (2005) coloca que, com base na dinâmica atual manifestada pela urbanização brasileira, as cidades médias passaram por transformações qualitativas em seu conteúdo, mais especificamente:

[...] em nós de uma complexa divisão social e territorial do trabalho expressa numa igualmente complexa rede urbana, por isso, tais cidades não podem ser tomadas como um objeto em si, mas com expressões particulares diretamente vinculadas aos processos de formação e evolução urbana. Refletir sobre a natureza dessas cidades representa importante contribuição para o entendimento de novos conteúdos do espaço geográfico (BESSA, 2005, p. 276).

É importante considerar que nas últimas décadas as cidades médias passaram por importantes transformações ligadas à implantação de novos serviços, “[...] sobretudo os logísticos, de informação, de comunicação, de transportes, de educação e de turismo.

Assim sendo, apareceram como alternativa de moradia, por oferecerem melhores condições e qualidade de vida em relação às áreas metropolitanas” (SPOSITO *et al*, 2007, p. 52).

Considerações Finais

A cidade, independente do tamanho que possua, “apresenta formas repletas de fixidez e, neste sentido, apresenta uma relativamente grande capacidade de refuncionalização” (CORRÊA, 2006, p. 280). Através desta e da continuidade do processo de criação de novas funções e suas correspondentes formas – característica das formações espaciais capitalistas – a cidade sofre reatualizações.

Em contrapartida, para que determinada localidade seja interessante sob a ótica de investimentos de capitais em diversas atividades, mas especialmente as terciárias, há necessidade explícita de certa densidade de consumidores. Nesta perspectiva, as cidades médias apresentam-se como espaços oportunos para alocação destes investimentos, mediante seu papel no que diz respeito à oferta de bens e serviços aos habitantes de sua área de influência. Este processo reforça o papel das cidades médias enquanto espaços de consumo tanto locais como regionais, reforçando também a intermediação e a centralidade destas cidades.

Referencias

AMORIM FILHO, O. B. Origem, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. In SPOSITO, M. E.B (Org.). *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

AMORIM FILHO, O. B; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T.A; SERRA, R.V. (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

AMORIM FILHO, O.B; RIGOTTI, J. I. *O limiar demográfico na caracterização das cidades médias*. In 18 Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, 2002.

ANDRADE, T.A; SERRA, R. V. *Crescimento econômico nas cidades médias brasileiras*. Texto para discussão 592. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

ARROYO, M. M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In SPOSITO, E.S; SPOSITO, M.E.B; SOBARZO, O. *Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Editora Popular, 2006.

BELLET, S, C; LLOP TORNÉ, J. M. Miradas a otros espacios urbanos: las ciudades intermedias. *Scripta Nova*. Universidad de Barcelona, v.8, n.165, mayo, 2004. Disponível em : <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-165.htm>. Acesso em 2010.

BESSA, K. C. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia (MG). *Caminhos da Geografia*. Uberlândia, v. 24, n.16, p.268-288, out. 2005.

BRASIL. *I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74*. Brasília, 1971.

_____. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1975/1979*. Brasília, 1974.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In SPOSITO, M.E.B (Org.). *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. R. L. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, E. M da. Cidades médias: Contribuições para a sua definição. *Finisterra*, Lisboa v. 37, n.74, p.101-128, 2002.

IBGE. *Censo Demográfico – Brasil: 1940*. Rio de Janeiro, 1950.

_____. *Censo Demográfico – Brasil: 1970*. v.1. Rio de Janeiro, 1972.

_____. *Contagem da população: 1996*. Rio de Janeiro, 1997.

_____. *Censo Demográfico – Brasil: 2000*. Rio de Janeiro, 2001.

_____. *Sinopse do Censo 2010*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 2010.

NOGUEIRA, M; GARCIA, R. A. A inserção das cidades médias na rede urbana brasileira. *Terra Plural*. Ponta Grossa, v. 1, n.2, p. 61-71, ago/dez. 2007.

PULIDO, N. El espacio urbano latino americano y la globalizacion: emergencia de cidades “intermédias” y nuevos cambios en Venezuela. In LEMOS, A.I.G; SILVEIRO, M.L (Org.). *América latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo, p.149-159, dez. 2006.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SPOSITO, M.E.B. et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In SPOSITO, M.E.B (Org.). *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, M,E,B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M.E.B (Org.). *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STEINBERGER, M; BRUNA, G.C. Cidades médias: elos do urbano – regional e do público – privado. In: ANDRADE, T.A; SERRA, R.V (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

Recebido em Janeiro de 2013.

Publicado em Abril de 2013.